



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Posel, Deborah

A controvérsia sobre a aids na áfrica do sul: marcas da política de vida e morte no Pós-Apartheid

Afro-Ásia, núm. 34, 2006, pp. 39-66

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003402>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

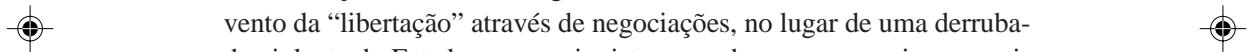
Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



**A CONTROVÉRSIA SOBRE A AIDS
NA ÁFRICA DO SUL:
MARCAS DA POLÍTICA DE VIDA E MORTE
NO PÓS-APARTHEID***

Deborah Posel **



Em 1994, o mundo assistiu ao desmantelamento formal do *apartheid* e à instalação de um novo regime democrático na África do Sul. O advento da “libertação” através de negociações, no lugar de uma derrubada violenta do Estado segregacionista, somado ao compromisso constitucional com a primazia dos direitos humanos e à vontade política de transcender uma história de degradação, brutalidade e discriminação, arrancaram aplausos da comunidade internacional. A transição sul-africana foi saudada como nada menos que um “milagre”. Confrontada com a inexorável preponderância de desestabilizações constantes, de falhas na democracia e da virulência aterradora da violência étnica e racial em outras partes do mundo, a história sul-africana prometia redimir a perspectiva democrática e a ordem moral humanista que lhe é subjacente. Também para os sul-africanos 1994 foi um momento de intensa esperança: para muitos, a realização aparente de um sonho de paz, liberdade

* Este artigo se beneficiou de muitas conversas sobre o tema da sexualidade com meus colegas no Wits Institute for Social and Economic Research (Instituto de Pesquisa Econômica e Social de Wits), particularmente Ivor Chipkin, Irma du Plessis, Mark Gevisser, Jon Hyslop, Achille Mbembe, Sarah Nuttall, Graeme Reid, Susan van Zyl e Liz Walker. Agradeço também a Mark Heywood e Edwin Cameron, que, generosamente, dedicaram seu tempo e franquearam meu acesso a materiais relevantes. Traduzido do inglês por Fábio Baqueiro Figueiredo.

** Wits Institute for Social and Economic Research, Universidade de Witwatersrand.



e unidade nacional recém-obtidas. A promessa eleitoral do Congresso Nacional Africano (*African National Congress – ANC*) de “uma vida melhor para todos” assegurou a ascensão do partido ao poder na crista de uma ampla onda de apoio popular, nas primeiras eleições democráticas do país.

Contudo, concomitantemente a esta celebração de uma nova vida de liberdade e esperança, o país teve de se confrontar com uma aceleração sem precedentes da incidência de doença e morte, particularmente entre os jovens, através da disseminação do HIV/AIDS. O risco de morte é mais alto entre os que nutriam as maiores expectativas acerca das mudanças no país: negros abaixo de 45 anos, cujas vidas guardavam as cicatrizes do *apartheid*, muitos dos quais estiveram diretamente envolvidos com os levantes generalizados contra o regime nas décadas de 1970 e 1980.¹

Ainda que a evidência da doença fosse inegável já na década de 1980, a questão do HIV/AIDS é, em grande medida, um problema do período pós-*apartheid*. O ritmo de disseminação da epidemia foi retardado cerca de 15 a 20 anos em relação a muitas outras partes da África subsaariana. Ainda em 1990, a prevalência estimada de infecção por HIV na África do Sul era de menos de 1%. Estes números cresceram dramaticamente em meados da década de 1990, alcançando 22,8% em 1998 (e até 32,5%, segundo algumas estimativas, em partes da província Kwa-Zulu de Natal).² Em outras palavras, durante a época do *apartheid*, a disseminação da doença na África do Sul permaneceu relativamente lenta; sua aceleração ocorreu na alvorada da democratização.

Com o avanço da epidemia, e em meio à relutância do governo sul-africano em fornecer tratamento em larga escala à base de drogas anti-retrovirais aos infectados com o vírus, as taxas de mortalidade por AIDS prognosticadas tomaram as proporções de um genocídio. A Áfri-

¹ Para as estimativas até hoje mais detalhadas — ainda que controversas — sobre a prevalência do HIV/AIDS entre diferentes raças, gêneros e faixas etárias, de acordo com o tipo de área residencial e com critérios geográficos, ver o estudo de Nelson Mandela e do Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas: Human Sciences Research Council, *South African National HIV Prevalence, Behavioural Risks and Mass Media: Household Survey 2002*, Pretoria, Human Sciences Research Council, 2002.

² Shula Marks, “An Epidemic Waiting to Happen”, *African Studies*, vol. 61, n° 1 (2002), p. 16.





ca do Sul tem o maior número absoluto de HIV-positivos do mundo (algo entre quatro e cinco milhões, numa população total de aproximadamente quarenta e quatro milhões).³ Este número deve crescer — a menos que ocorra uma significativa mudança de comportamento — para entre seis e oito milhões em 2010. Com sorte, a prometida distribuição de drogas antivirais no âmbito do sistema público de saúde representará para alguns dos infectados uma promessa de sobrevivência. Mas, ainda assim, as taxas de mortalidade provavelmente permanecerão extremamente altas.⁴

Simbolicamente, portanto, o pós-*apartheid* foi marcado por uma conjunção incômoda de liberação e morte: o nascimento de uma nova ordem acompanhado pela perspectiva de mortes em massa entre o povo sul-africano.

Foi no cerne deste paradoxo pós-*apartheid* de vida nova e morte imprevista que se inflamou a chamada “controvérsia sobre a AIDS”. Estimulada pelas intervenções diretas e peremptórias do presidente Thabo Mbeki no debate público acerca da natureza e do tratamento do HIV/AIDS na África do Sul, esta controvérsia tornou-se um tema obrigatório de sua presidência, nacional e internacionalmente, tendo gerado mais tensão que qualquer outro assunto em particular.

Nacionalmente, o “negacionismo” de Mbeki produziu acusações de falência de sua liderança política, concomitantes com a condenação internacional, oriunda de uma variedade de lugares e pessoas.⁵ Uma grande quantidade de líderes, analistas e observadores, nacionais e internacionais, expressaram reiteradamente sua incredulidade e seu descontentamento em relação às ações de Mbeki, particularmente diante do agravamento da crise epidêmica, do crescimento das taxas de mortalidade e da aparente indiferença do presidente pela sorte dos infectados. Como o atual ministro da Saúde, Mantu Tshabala-Msimang, admitiu, “mesmo alguns de nossos amigos dizem não entender o que a África do

³ LoveLife e Abt Associates, “Impending Catastrophe Revisited: an Update on the HIV/AIDS Epidemic in South Africa”, Parklands, África do Sul, Colorpress, 2001, p. 6.

⁴ Ibid.

⁵ Ver, por exemplo, “Mbeki’s AIDS letter defies belief”, *Mail and Guardian*, 28/04/2000; “Weighing prospects of Presidential challenge”, *Business Day*, 28/03/2000.



Sul está fazendo”.⁶ Acredita-se que esta questão tenha conduzido o ANC para mais perto de uma ruptura interna que qualquer outra desde 1994.⁷ A controvérsia sobre a AIDS provocou colisões abertas entre os governos provinciais e o governo nacional pós-*apartheid*, que foi levado a confrontações com o Tribunal Constitucional, das quais saiu derrotado e humilhado.⁸ E foi esta controvérsia que engendrou o mais vibrante e poderoso movimento social da era pós-*apartheid*, a Campanha Ação pelo Tratamento (*Treatment Action Campaign – TAC*), tendo animado o crescimento de muitas organizações não-governamentais e *lobbies* alarmados com as posições tomadas pelo presidente.

Como, então, compreender a explosão política em torno da AIDS? Como e por que o presidente Mbeki achou ser adequado envolver-se de maneira tão central e acalorada na questão da AIDS, não obstante a intensa oposição e o desastre político que suas intervenções provocaram?

Há diversas versões que tentam identificar o núcleo desta controvérsia, e variadas explicações para as táticas e as posições de Mbeki — desde os custos proibitivos de fornecer medicação anti-AIDS em larga escala, em conjunto com o esmagador fardo administrativo que isto imporia ao sistema de saúde estatal, até a vida sexual e a sexualidade do próprio Mbeki.⁹ Meu objetivo aqui não é tentar uma explanação extensiva da controvérsia ou das visões e das atitudes de Mbeki a seu respeito, nem entrar no mérito dos demais argumentos. Eu desejo, em vez disto, afirmar o que percebo como um elemento crítico da controvérsia — um ingrediente necessário para a sua análise, ainda que insuficiente para explicar a controvérsia como um todo. Minha análise é conduzida largamente no terreno do discurso, na convicção de que este é o local onde emergem algumas das contestações mais raivas e também as

⁶ Ulyses Torrassa, “An epidemic of denial: South Africans fail to even acknowledge the disease”, *San Francisco Examiner*, 11/07/2000, <http://www.aegis.com/news/sfe/2000/SE000711.html>, acessado em 25/03/2006.

⁷ “Weighing prospects of Presidential challenge”, *Business Day*, 28/03/2000.

⁸ O primeiro ministro da província de Gauteng, Sam Shilowa, anunciou que o serviço de saúde provincial forneceria terapia antiviral para mulheres grávidas (após o presidente assegurar que a política do governo era permitir que as províncias com infra-estrutura e recursos adequados o fizessem), embora fosse logo repreendido publicamente pelo ministro da Saúde.

⁹ Ver, por exemplo, “South Africa and AIDS: stop denying the killer bug”, *The Economist*, 21/2/2002.



mais formativas em torno da AIDS, de modo que ambas demonstram e animam a política mais abrangente de raça, sexo e nação, que satura o debate.¹⁰

Obviamente, a importância de tais questões discursivas — e de maneira mais geral a importância do tema da política do significado — não é exclusiva do caso sul-africano. Comentaristas vêm mostrando em outros lugares que a politização da AIDS é inseparável da forma com que ela adquire significado.¹¹ Em termos globais, a política da AIDS tem sido uma política do conhecimento e uma política das representações. Em parte uma epopeia semiótica acerca do poder da ciência, a “história” da AIDS vem sendo também um drama moral sobre relações perigosas, modos de vida inseguros e partes contaminadas do mundo. Nas palavras de Paula Treichler, a difusão global da AIDS produziu uma “epidemia paralela de significados, definições e atribuições”.¹² Estas ordens mais amplas da disputa, por sua vez, infundiram substância ao debate na África do Sul, sublinhando as modalidades globais de uma controvérsia que é, antes de mais nada, uma questão de política nacional e do fardo do *apartheid* no âmbito desta política.

Dado que o problema da AIDS na África do Sul está situado no conflituoso nexo das questões de raça, sexo e doença — de um ponto de vista semiótico, talvez a mais fecunda concatenação de sentido — em um momento em que a epidemia já causou de maneira desenfreada miséria e morte em um continente que carrega o fardo da pobreza e da violência, e no preciso instante da libertação do país, é difícil imaginar um incubador de significados mais poderoso. Sob este ponto de vista, não surpreende que a AIDS se tenha tornado o *locus* de uma controvérsia acalorada e, mesmo, virulenta.

Esta abordagem não deve ser entendida em hipótese alguma como uma justificativa para a controvérsia, nem como uma atribuição de er-

¹⁰ Ao limitar minha análise ao campo do discurso, excluí uma discussão do “homem” Mbeki — para além da forma com que traços de sua biografia pessoal e política estão implicados nos sentidos que percebo em suas intervenções na controvérsia sobre a AIDS.

¹¹ Ver, por exemplo, Susan Sontag, *Illness as Metaphor and AIDS and its Metaphors*, Nova Iorque, Picador, 1989; Paula Treichler, *How to Have Theory in an Epidemic: Cultural Chronicles of AIDS*, Durham, Duke University Press, 1999; Tamsin Wilson, *EnGendering AIDS: Deconstructing Sex, Text and Epidemic*, Londres/Nova Delhi, Sage, 1997.

¹² Treichler, *How to Have Theory*, p. 1.



ros e acertos às posições na contenda. Meu objetivo é, antes, enfatizar a importância de contextualizar a análise da controvérsia sobre a AIDS em teias de significado mais abrangentes. De fato, é ali — nas articulações altamente carregadas do tema da AIDS com o já eletrizado discurso sobre raça, sexo e doença na África do Sul — que o choque da controvérsia atingiu a sua máxima intensidade. Não é comum que um presidente se envolva tão diretamente e de forma tão pessoal em matéria de saúde pública, sem ter nenhuma formação ou experiência individual no campo. Pode-se argumentar que não se trata simplesmente de uma fascinação súbita, por parte de Mbeki, em relação aos problemas da saúde; sua intervenção reflete sua leitura particular da política e da história mais amplas vinculadas ao tema da AIDS.

Ao tratar destes assuntos, este artigo está dividido em duas partes principais. A primeira situa brevemente o discurso de Mbeki de “negação” em relação a contextos históricos e, de modo mais imediato, discursivos da controvérsia, tanto no plano nacional quanto no internacional. A segunda oferece a partir daí uma leitura-diagnóstico do “negacionismo” de Mbeki.

Contextualizando a controvérsia

Ainda que o trabalho primário de analisar a controvérsia sobre a AIDS recaia sobre desenvolvimentos recentes no âmbito da África do Sul, é criticamente importante situar o conflito em um contexto histórico mais abrangente, no plano nacional tanto quanto de maneira mais global. Enquanto espaço de produção discursiva — com o discurso tendo-se tornado um dos mais virulentos locais da disputa — o problema da AIDS na África do Sul tomou forma na superfície de tendências ocultas profundas da história colonial e da época do *apartheid*, por um lado, e, por outro, no bojo de interpretações da sua geografia global, como parte da África subsaariana. Estas narrativas históricas dos significados atribuídos à raça, ao sexo e à doença na África do Sul e as da epidemia da AIDS em outras partes do continente não ocuparam de modo explícito o *locus* dominante da controvérsia. Mas seus rastros — às vezes de forma dissimulada, mas em outras ocasiões com grande alarde — são inescapa-



páveis na lógica da posição de Mbeki, o que significa que a controvérsia como um todo tem de ser compreendida em contraste com o pano de fundo destas narrativas.

O legado colonial

Muitos estudiosos expuseram as várias e historicamente fluidas maneiras pelas quais projetos coloniais produziram uma essencialização estigmatizadora do corpo negro, como um local de lascívia, por um lado, e contágio, por outro.¹³ Não é possível fazer justiça às matizes destes argumentos aqui, mas importante é esboçar muito brevemente uma longa história semiótica que converge diretamente para a política em relação à AIDS na África do Sul contemporânea.

Em conjunto com a literatura de viagem colonial mais antiga, já repleta de imagens do “apetite sexual lascivo do negro, semelhante ao do macaco”,¹⁴ o racismo científico do século XIX acarretou uma fascinação *voyeurística* com a “ciência” racializada da diferença corporal e sexual. Como Sander Gilman, entre outros, demonstrou, a exibição pública das nádegas e da genitália da hotentote Saartjie Baartman para os principais cientistas raciais da Europa resume bem a preocupação colonial com a sexualidade enquanto indicador de inferioridade racial negra. “Se fosse possível demonstrar que seus órgãos sexuais eram inerentemente diferentes, isto seria um sinal suficiente de que os negros eram uma raça separada (e, desnecessário dizer, inferior), tão diferentes dos europeus quanto o orangotango proverbial”.¹⁵ Genitais maiores e mais proeminentes eram vistos como significantes — assim como prova fisiológica — de um apetite sexual mais exuberante, em si um indicador de uma ordem menor de civilização, além de uma capacidade racial reduzida.

¹³ Ver, por exemplo, Sander Gilman, *Difference and Pathology: Stereotypes of Sexuality, Race and Madness*, Ithaca, University of Cornell Press, 1990; Megan Vaughan, *Curing Their Ills: Colonial Power and African Illness*, Stanford, Stanford University Press, 1991; Alexander Butchart, *The Anatomy of Power: European Constructions of the African Body*, Londres/Nova Iorque, Zed, 1998; Robert Young, *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1995.

¹⁴ Gilman, “Black Bodies, White Bodies”, in Henry Louis Gates (org.), “Race”, *Writing and Difference* (Chicago/Londres, University of Chicago, 1986), p. 231.

¹⁵ Ibid., p. 235.





Esta produção discursiva do corpo negro estava estreitamente entrelaçada, também, ao “mito do continente negro” — a idéia da África como a encarnação geográfica da selvageria do instinto (por oposição à disciplina da razão), repleta de “canibalismo, feitiçaria e costumes sexuais aparentemente desavergonhados”.¹⁶ Simbolicamente, a África constituía a genitália obscena do corpo geográfico terrestre.

Por volta da década de 1940, com o declínio do entusiasmo público ostensivo pelo racismo científico, a idéia do corpo negro como o *tropos* da luxúria dissoluta e do contágio físico e moral a ela associado já dispunha de um mercado substancial no Ocidente e em suas colônias — e a África do Sul não era exceção.

Ali, assim como em outras colônias africanas, era a experiência da vida na cidade que parecia provocar o abandono sexual mais intenso e prolífico. Deste ponto de vista, se o patriarcado tribal rigoroso fornecia um baluarte comunitário contra o apetite sexual, os processos de “destribalização” (decorrentes da urbanização) eram diagnosticados como os catalizadores de uma desenfreada promiscuidade e decadência moral.¹⁷ A idéia da degeneração moral e sexual do africano urbano encontrou ainda um outro registro simbólico na chamada “síndrome sanitária”: a idéia de que a sujeira e as doenças associadas a favelas superpovoadas, emblemáticas do contágio moral e físico da vida urbana na África, constituíam uma ameaça à saúde pública e a seus pressupostos morais.¹⁸

O advento do *apartheid* em 1948 reanimou as suspeitas coloniais a respeito dos africanos urbanizados como sujeitos de alguma forma alienados de sua essência “tribal”. Como a engenharia social do *apartheid* teve suas viradas mais draconianas durante a década de 1960, uma vez mais seus ideólogos cerraram fileiras contra a depravação moral e o abandono sexual da vida nas cidades.¹⁹

¹⁶ Patrick Brantlinger, “Victorians and Africans: the Genealogy of the Myth of the Dark Continent”, in Gates (org.), “Race”, pp. 185-222. A citação é da página 217.

¹⁷ Deborah Posel, “State, Power and Gender: Conflict over the Registration of African Customary Marriages in South Africa, 1910-1970”, *Journal of Historical Sociology*, vol. 8, nº 3 (1995), p. 228.

¹⁸ Maynard Swanson, “The Sanitation Syndrome: Bubonic Plague and Urban Native Policy in the Cape Colony, 1900-1909”, *Journal of African History*, 18 (1977), pp. 387-410; Posel, “State, Power and Gender”, pp. 228-229.

¹⁹ Posel, “State, Power and Gender”, pp. 238-239.



Invocações desta história ao mesmo tempo distante e recente de humilhação sexual e física destacam-se de forma proeminente no estilo que Mbeki construiu para si enquanto orador, pensador e político, com sua noção de renascimento africano estreitamente ligada ao apelo pela recuperação da dignidade do corpo negro, ao lado de idéias de liberação pessoal e política. De fato, o caso de Saartjie Baartman, retratada como um *tropos* para a degradação colonial da África, produziu uma ressonância semiótica singular nos debates públicos acerca de raça e sexo na África do Sul, em parte devido às interpretações do próprio Mbeki sobre sua história, que ele vê como emblemática do “apelo em favor da restauração da dignidade [...] dos milhões de africanos que experimentaram séculos de desventura”. Quando os restos mortais de Baartman foram novamente sepultados no Cabo Oriental, o discurso de Mbeki sublinhou, também, o quanto “a herança daqueles séculos, [...] uma história conflituosa e dolorosa, [...] permanece conosco, tanto na forma como nossa sociedade está estruturada quanto nas idéias que muitos em nosso país continuam a carregar em suas mentes”.²⁰



A disseminação da AIDS em outras partes da África

O fato de a epidemia de AIDS ter-se instaurado na África do Sul entre quinze e vinte anos mais tarde do que em muitos outros países subsaarianos fez com que a experiência sul-africana da AIDS tomasse forma em meio a um repertório preexistente de imagens, narrativas e debates relacionados à disseminação da doença em outras partes do continente — um repertório estreitamente articulado aos estereótipos coloniais referidos acima, e que muitas vezes os reproduzia.

Relatos dos meios de comunicação e debates sobre a AIDS na África foram inseridos em comentários mais abrangentes, bem como veredictos, acerca da saúde (metafórica) do continente.²¹ Embora transmitindo tipicamente mensagens de preocupação e simpatia, a narrativa sobre a AIDS também invocava — ou, no melhor dos casos, não se preocupava em refutar — visões recorrentes sobre a desolação da vida e

²⁰ Thabo Mbeki, “Speech at the Funeral of Sarah Bartmann”, Eastern Cape, 9/08/2002, <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/2002/tm0809.html>, acessado em 25/03/2006.

²¹ Ver, por exemplo, Treichler, *How to Have Theory*, capítulo 3.





os desastres da governança na África. De fato, a saga de doença e morte trazida pela AIDS tendeu, se tanto, a revigorar o diagnóstico dos problemas “catastróficos” do desenvolvimento africano.

Quando a AIDS na África subsaariana é qualificada de “uma doença do desenvolvimento” é precisamente a topografia refratária da história recente que está sendo invocada, os contornos problemáticos do desenvolvimento — devastação ambiental, subnutrição, guerra, cataclismos sociais, pobreza, dívida externa, doenças endêmicas — agora inexoravelmente iluminados e escrutinados à luz internacional da crise da AIDS.²²

A versão “catastrófica” da África — e a narrativa da pandemia de AIDS no continente — tende a homogeneizar a “África”, tanto quanto a própria doença, com pouco interesse ou atenção pela complexa epidemiologia social e regional da epidemia. A maior parte das visões globais sobre a “África” mostraram-se desde há muito desinteressadas das diferenciações internas, relegando todo o continente — regiões estáveis ou instáveis, prósperas ou desoladas — a um desespero “sombrio”. Ao longo de um continente composto por mais de cinqüenta países, e abrangendo muitas centenas de diferentes culturas e modos de vida, a AIDS trilhou um caminho algumas vezes estranhamente tortuoso.²³ Contudo esta complexidade — particularmente quando sua análise científica permanece incompleta e duvidosa — ilude os imperativos de concisão e sensacionalismo da cobertura dos meios de comunicação globais, que tenderam, portanto, a apegar-se aos contornos mais evidentes da pandemia em ordens de generalidade mais elevadas.

A nova política da sexualidade na África do Sul pós-apartheid

Se a recusa de Mbeki em admitir a existência da AIDS deve ser lida em boa medida contra o plano de fundo dos mitos coloniais e neocoloniais do abandono dissoluto da África, seu *locus* mais imediato, tanto espacial quanto temporalmente, é a proeminência da sexualidade na agenda política sul-africana após 1994.

²² Treichler, *How to have Theory*, p. 117.

²³ Ibid.



Surpreendentemente, uma das características mais notáveis da época pós-*apartheid* foi a politização da sexualidade.²⁴ Estreitamente associada ao fim do regime segregacionista e à liberalização que isto permitiu, a nova política da sexualidade se inflamou com calor e ansiedade particulares em meio à epidemia de AIDS e, especialmente, à contingüidade entre a vida e a morte que a epidemia acarreta. E, a este respeito, a posição de Mbeki sobre a AIDS desempenhou um papel crítico — ao mesmo tempo em que se constituía como reação à conjunção entre a recém-obtida visibilidade da liberdade sexual e a ameaça representada pelo sexo. No ambiente pós-*apartheid*, a questão da sexualidade — e seu lugar no passado e no presente da África — adquiriu assim uma importância política e uma suscetibilidade ampliadas — com a intenção do presidente de banir os mitos racistas do passado.

Antes de 1994, a regulação da sexualidade na África do Sul era objeto de intensa formulação de políticas raciais, com proibições estritas de sexo para além das fronteiras de raça, e um regime de forte censura moral que proibia quase todo tipo de imagem ou discussão explícita sobre sexo no domínio público. O homossexualismo era criminalizado, e a violência sexual, em especial no seio das comunidades negras, era tida como assunto privado — o Estado não se interessava em tentar remediar o problema ou prestar assistência às vítimas. Desde 1994, a nova constituição democrática declaradamente reconhece a sexualidade de como um assunto público e matéria de direito — o que acarretou a criação dos direitos de liberdade sexual, igualdade e proteção contra abusos, com responsabilidades correlatas para o Estado de suporte a estes direitos.

Estas mudanças constitucionais e legais trouxeram o tema do sexo para o discurso de formas dramaticamente novas. E, junto com estas rupturas discursivas, vieram recusas acaloradas, silêncios e debates sobre conduta sexual.

Constituídos mais como uma série de nós discursivos que como discursos refinados e completamente estáveis, as novas formas de falar

²⁴ Para uma análise mais completa, ver Deborah Posel, “Sex, Death and the Fate of the Nation: Reflections on the Politicization of Sexuality in Post-Apartheid South Africa”, *Africa*, vol. 75, nº 2 (2005), pp. 125-153.



de sexo no país competem entre si, estendendo-se sobre um certo número de temas-chave. Em alguns casos, novas oportunidades para a exibição do corpo e do sexo são celebradas como libertadoras e até mesmo como o verdadeiro emblema da própria libertação política. Estas formas de representação estão estreitamente associadas com o estilo e o imaginário da juventude negra urbana, particularmente nos agrupamentos mais de classe média — estas jovens elites negras emergentes — e com freqüência se articulam com uma adesão ao risco sexual. Em outras partes, o imaginário e a discussão sobre sexo encenam um drama muito diferente, de sexualidade predatória, ameaçadora e violenta. Antes ocultado por trás dos véus da indiferença pública, o tema do estupro tem recebido uma cobertura sem precedentes dos meios de comunicação, particularmente com o advento da divulgação recente de altos índices de estupro de crianças, incluindo estupros cometidos nas escolas, por professores ou por colegas de classe e, o que é mais doloroso, o estupro de bebês abaixo de um ano de idade, por homens adultos. Em meio à epidemia de AIDS, campanhas de educação enfocando a saúde pública também instaram os sul-africanos a “levantar a cortina” que ocultava práticas sexuais coercitivas a que mulheres e crianças eram submetidas e que contribuem para a disseminação da doença. No esforço para promover o “sexo seguro”, as campanhas dos meios de comunicação escolheram enfatizar, em larga medida, se não exclusivamente, o tema do sexo — em vez de outros aspectos da epidemia de AIDS — em uma tentativa de desconstruir os hábitos arraigados do sigilo, da promiscuidade e do risco. E em meio a tudo isto, a masculinidade e a sexualidade masculina — especialmente a masculinidade negra, uma vez que as taxas de violência sexual aparentam ser maiores nas comunidades negras — foram trazidas ao escrutínio e à censura pública.

Para um país completamente desacostumado a até mesmo as mais tímidas demonstrações de sexualidade, a loquacidade inédita do debate público e as prolíficas representações da sexualidade produziram profundas ondas de choque em diversos setores da sociedade, com muitas refutações raivosas do rompimento com o passado, ao lado de silêncios persistentes e recusas em participar na ânsia de debater o sexo. A constituição pós-apartheid criou os espaços para alternativas culturais e



morais em meio aos velhos tabus, em vez de substituí-los. A recente politização da sexualidade, portanto, é evidente tanto nas recusas públicas a falar de sexo quanto no seu desvelamento e na sua aparição em espaços públicos de debate e entretenimento. É uma política de evasão em meio à confrontação; uma anima a outra.

Resta demonstrar, então, de que maneira cada um destes contextos particulares de debate e representação acerca do sexo e da sexualidade enquadra e informa a irrupção da controvérsia sobre a AIDS.

Uma leitura da controvérsia

Examinado em perspectiva, esta é uma confrontação pública acerca de remédios, empresas farmacêuticas e da ciência que sustenta a compreensão e os tratamentos atuais do HIV e da AIDS. Esta versão médico-técnica é certamente o terreno no qual Mbeki escolheu situar a maior parte de suas intervenções e afirmar seu interesse pessoal, sua autoridade presidencial e seu poder de veto. E muitos de seus oponentes — notavelmente a TAC, principal adversário de Mbeki nesta frente — tiveram decisões estratégicas de desafiá-lo exatamente nestes termos. Mas, como a TAC bem pôde perceber, o alcance mais amplo, mais doloroso e mais poderoso do debate diz respeito à conduta sexual e a seus descontentamentos.²⁵

Pode-se argumentar que, no meio da nova e acentuada visibilidade da sexualidade e da multiplicação dos locais e dos registros das conversas ligadas ao sexo, a posição de Mbeki quanto à AIDS é uma intervenção peremptória e raivosa na constituição discursiva da sexualidade

²⁵ Certamente para a própria TAC, sua identidade enquanto movimento social está estreitamente associada a um engajamento nas questões relativas à sexualidade. Como aponta Mark Heywood, a criação da TAC resultou do disparo de “dois gatilhos”, ambos saturados pela política da sexualidade: a morte de Simon Nkoli, um ativista gay negro que morreu de AIDS, e o assassinato de Gugu Dlamini por seu marido e outros, após ela ter-se declarado HIV-positiva, o caso do “homem que mata a mulher cuja condição de infectada pelo HIV implica a culpa de ambos”. Ainda que o embate com Mbeki a respeito de temas como remédios e tratamentos prepondere no perfil nacional da TAC, o cerne de suas atividades rotineiras pelo país inclui a execução de oficinas e discussões com o objetivo de promover a consciência do vírus e também a capacidade de viver com ele — o que, como Heywood sublinha, inevitavelmente levanta o tema do sexo. “As pessoas que apóiam a TAC são pessoas que falam sobre sexo, em oficinas”: entrevista com Mark Heywood, Joanesburgo, 22/8/2002.



e das contestações associadas a ela. Ao desvincular retoricamente o debate sobre a AIDS de um engajamento com a conduta sexual, ele se alinha com os que recusam o convite a falar de sexo como ofensivo e irrelevante. Estas recusas, ademais, chegam ao coração do projeto de construção de nação em curso no país — trazendo à tona ansiedades reprimidas sobre raça e sobre a sexualização colonial da raça, bem como levantando questões sobre a forma da unidade nacional e sobre a identidade do cidadão. Sob tal ponto de vista, este é um debate sobre sexo, raça e o destino da nação.

A irritante questão da conjunção entre sexo, raça e nação assoma consideravelmente na posição de Mbeki sobre a AIDS, principalmente através de sua recusa em participar do novo entusiasmo nacional pelo tema do sexo — seja porque se rejeite a existência do vírus da imunodeficiência (e, por consequência, sua transmissão pela via sexual), seja porque a causa da transmissão da doença é atribuída à condição mais genérica de fome, desnutrição e pobreza.

Mbeki não insiste de forma cabal em que o sexo não é um vetor da AIDS (de fato, em algumas ocasiões, seus discursos reiteraram a ortodoxia científica de que um dos desafios do combate à epidemia é promover as práticas de “sexo seguro”, o uso de preservativos, etc). Contudo, suas intervenções mais insistentes no debate sobre a natureza do HIV e da AIDS têm demonstrado uma negação do vínculo entre HIV/AIDS e sexo de duas maneiras. A primeira é um argumento por exclusão (tácita): a AIDS, ele sustenta, alinhando-se com a posição “dissidente”, é uma síndrome de doenças familiares associadas à pobreza e à desnutrição — e, portanto, por implicação, não associada ao sexo. A segunda é um argumento por recusa (aberta e raivosa), cuja estrutura é: se a AIDS fosse transmitida sexualmente, então — dada a escala do problema — as consequências seriam intoleráveis. Esta é a linha de argumento que está subjacente a três lances públicos estridentes feitos por Mbeki ao contestar as estatísticas de prevalência do HIV, de mortes por AIDS e, de forma mais geral, de violência sexual e promiscuidade.

O primeiro destes lances, largamente divulgado, foi parte da correspondência aberta entre Mbeki e Tony Leon, líder do principal partido oposicionista, a Aliança Democrática (*Democratic Alliance*), publicado



no jornal de circulação nacional *The Sunday Times* — um diálogo que reiterava os então familiares argumentos a respeito de remédios e da ciência, mas de forma a trazer para o foco o geralmente ofuscado espectro racial da discórdia. Em seu disparo de abertura contra Leon, Mbeki demonstrou sua percepção de que o debate sobre a AIDS estava profundamente racializado. O apelo a que o governo fornecesse medicamentos anti-retrovirais a mulheres HIV-positivas — o que incluía um apelo para abranger as vítimas de estupro — pautavam-se, para Mbeki, em uma agenda racista ofensiva, enraizada nos estereótipos sobre a voraz e violenta sexualidade dos homens negros.

Eu imagino que todos os fabricantes de drogas anti-retrovirais prestam grande atenção aos números extremamente equivocados sobre a incidência de estupro em nosso país, disseminados por aqueles que parecem tão determinados a projetar uma imagem negativa da África do Sul. O que torna essa questão especialmente problemática é que há um considerável número de pessoas em nosso país que acreditam e estão convencidas que a maior parte dos homens negros (africanos) são portadores do vírus da imunodeficiência [...] As estimativas histéricas da incidência de HIV no nosso país e na África subsaariana feitas por algumas organizações internacionais, aliadas a mais antigas alegações ferozes e insultantes sobre as origens africanas e haitianas do HIV, reforçam poderosamente esses preconceitos perigosos e firmemente entrincheirados.²⁶

Deste ponto de vista, alegações sobre a escalada da epidemia e de seus vetores sexuais — incluindo o estupro — repousam sobre interpretações racistas da sexualidade negra; falar da epidemia em termos sexuais acarreta a acusação de racismo. Um ataque similar contra seu oponente na controvérsia sobre a AIDS veio um mês depois. Respondendo a acusações feitas por Leon no parlamento de que Mbeki tinha “inserido o tema raça no debate sobre a AIDS e o estupro”, Mbeki utilizou a conferência anual em memória de Oliver Tambo, em Joanesburgo, para responder. Sem se referir a Leon pelo nome — chamando-o de “o político branco” — Mbeki “acusou Leon de ser um ‘racista arrogante’ que ‘fala-

²⁶ Thabo Mbeki, “Mbeki vs Leon: Dear Tony, July 1 2000”, *The Sunday Times*, 09/07/2000.



va abertamente de seu desdém e desprezo pelas soluções africanas para os problemas enfrentados pelos povos do nosso continente’ e que via os africanos como ‘pagões, selvagens, supersticiosos e não científicos’”²⁷.

O terceiro lance veio um ano mais tarde, em um discurso de Mbeki na Universidade de Fort Hare, onde ele reiterou a idéia de que alegações de uma escalada rampante da epidemia de AIDS no país e, por consequência, apelos em favor de ação urgente por parte do governo, incluindo o fornecimento de anti-retrovirais, se baseavam em visões racistas do corpo e da sexualidade negras. Após se referir a escolas de Medicina, nas quais os negros eram “lembados de seu papel de portadores de germes”, ele continuou:

[...] dessa maneira ocorre que outros que se consideram nossos líderes vão às ruas com seus cartazes, para exigir que, por sermos portadores de germes, e seres humanos de uma ordem inferior que não são capazes de sujeitar suas paixões à razão, adotemos forçosamente opiniões estrangeiras, para salvar um povo depravado e enfermo de perecer por conta de uma doença auto-inflingida [...] Convencidos de que não somos nada além de promíscuos portadores natos de germes, únicos no mundo, eles proclamam que nosso continente está condenado a um inevitável destino fatal devido à nossa inquebrantável devoção para com o pecado da luxúria.²⁸

O mais recente argumento nesta mesma linha foi desenvolvido em um documento de autoria duvidosa, mas, segundo alegações, escrito por alguém estreitamente associado a Mbeki. “Castro Hlongwane, campings, gatos, gansos, pé e boca e estatísticas: HIV/AIDS e a luta pela humanização do africano”,²⁹ um documento longo, divagante e cáustico fez sua aparição algo misteriosa na cena pública em abril ou maio de 2002, como uma contribuição anônima à controvérsia sobre o HIV e a AIDS. Com cento e quatorze páginas, o texto vagueia erraticamente pelos marcos familiares da controvérsia: ciência e pseudociência, toxicidade dos anti-retrovirais e a conspiração das indústrias farmacêuticas ocidentais. Até a página 88, o

²⁷ “The Legacy That Won’t Die”, *Time Magazine*, nº 9, vol. 156, 28/08/2000.

²⁸ “Mbeki in Bizarre AIDS Outburst”, *Mail and Guardian*, 26/10/2001.

²⁹ Castro Hlongwane foi um garoto africano, expulso de um *camping* por ser negro.



documento é um pastiche de longas citações de uma miscelânea de periódicos científicos, apresentados em um estilo narrativo solenemente acadêmico — ainda que fragmentado. Neste ponto, ele irrompe em uma declamação frenética da ortodoxia científica:

Sim, somos loucos por sexo! Sim, somos doentes! Sim, nós espalhamos o vírus mortal da imunodeficiência através de nossa descontrolada prática heterossexual! Quanto a isso, sim, nós somos diferentes dos Estados Unidos e da Europa Ocidental! Sim, *nós, os homens*, abusamos de mulheres e crianças com alegre abandono! Sim, entre nós o estupro é endêmico por causa de nossa cultura! Sim, nós acreditamos mesmo que dormir com jovens virgens vai nos curar da AIDS! Sim, como resultado de tudo isso, estamos ameaçados de destruição pela pandemia de HIV/AIDS! Sim, o que nós precisamos, e não podemos bancar porque somos pobres, são preservativos e medicamentos antirretrovirais! Socorro!³⁰

Aqui, novamente o argumento por exclusão: a AIDS não tem a ver com sexo porque as consequências seriam intoleráveis — consequências, em particular, para a conduta sexual masculina. Ao contestar a conexão entre AIDS e sexo, Mbeki (e aqueles que compartilham seus argumentos) recusa-se retoricamente a se engajar em qualquer debate público sobre a sexualidade — sexualidade masculina, em particular — e, ainda mais enfaticamente, em qualquer escrutínio público das práticas sexuais de homens, homens negros incluídos.

Como foi sugerido anteriormente, muitos dos oponentes de Mbeki enfrentaram-no em seus próprios termos: muito do debate enfocou principalmente questões de tratamento e do sucesso ou fracasso da pesquisa científica ortodoxa sobre o HIV/AIDS, em oposição àquela dos “dissidentes”. Mas em locais mais populares de debate e de contestação, o tema da sexualidade e a transmissão do HIV por meio do sexo avultou consideravelmente. Em alguns casos, a crítica à ciência ocidental feita por Mbeki foi interpretada — e mesmo bem recebida — como uma refutação da existência do vírus e, portanto, como uma isenção dos apelos à

³⁰ Anônimo, “Castro Hlongwane, Caravans, Cats, Geese, Foot and Mouth and Statistics: HIV/AIDS and the Struggle for the Humanisation of the African”, 2002 (grifo nosso). Este texto circulou de forma anônima e informal, em meados de 2002.



disciplina sexual e à “segurança”. Muitos trabalhadores da área de saúde e ativistas de organizações não-governamentais queixaram-se de que seus esforços para promover o uso de preservativos estavam sendo minados pelas intervenções do presidente. Em outros casos, a posição de Mbeki era ridicularizada publicamente, particularmente em sua recusa em confrontar a centralidade do sexo. Como expressou o diretor de uma casa funerária em Soweto (local de centenas de sepultamentos decorrentes de mortes por AIDS), em uma entrevista acerca da controvérsia sobre a AIDS na África do Sul, “é um desperdício de tempo, um desperdício de dinheiro. Todos nós sabemos a verdade — todo mundo sabe que a causa [da AIDS] é a transmissão sexual”.³¹

Paradoxalmente, os esforços de Mbeki em refutar a conexão sexual da AIDS reafirmaram a proeminência do tema. Ao mesmo tempo em que se lançavam em debates sobre medicamentos e ciência ou pseudociência, ativistas de combate à AIDS, educadores da área de saúde, políticos, lideranças comunitárias e diversos cidadãos que telefonavam para programas de rádio, escreviam cartas para jornais e revistas e participavam das organizações comunitárias ficavam mais resolutos e insistentes em divulgar que a transmissão se dava por meio do sexo, os perigos do “sexo sem proteção” e a enormidade do problema sexual. Estes esforços por sua vez intensificaram a irritação de Mbeki pelo que ele via como a visão inadequadamente “catastrófica” da escala e do impacto da epidemia. Pode-se argumentar, entretanto, que a sensação de “catástrofe” — e a percepção da necessidade de comunicar um sentimento de alarme, urgência e crise nacional — foi resultado, em parte, das recusas e dos extenuantes esforços de Mbeki para refutá-la; foi, neste sentido, um produto da controvérsia.

A noção do HIV/AIDS como uma “catástrofe nacional” demarca o ponto a partir do qual a controvérsia ultrapassa o tema da sexualidade e alcança mais profundamente a política da “construção da nação”, de tal forma que o debate sobre o HIV/AIDS se torna um reflexo das identidades e dos valores do cidadão, em conjunto com o caráter moral da nação.

³¹ Ulyses Torrassa, “An Epidemic of Denial: South Africans Fail to Even Acknowledge the Disease”, *San Francisco Examiner*, 11/07/2000, <http://www.aegis.com/news/sfe/2000/SE000711.html>, acessado em 25/03/2006.



A já vasta literatura sobre nacionalismo estabeleceu as muitas linhas de desenvolvimento através das quais uma nação — mais que o agregado de interesses políticos e econômicos que moldam seu desenvolvimento — é também constituída como um “imaginário social” particular, uma maneira de ver e agrupar representações que servem para produzir sua “comunidade imaginada”.³² Neste trabalho de construção discursiva, há uma conexão estreita entre as qualidades da nacionalidade e as visões do lugar da sexualidade e da conduta sexual, de modo que a idéia de nação é incompatível com o desregramento do sexo.³³ Deste ponto de vista, o disciplinamento das energias sexuais e a constituição de uma sexualidade produtiva e reprodutora da vida são inerentes à idéia de uma nação estável, ordeira e unificada.³⁴ Como argumentou George Mosse a respeito da Alemanha, e da Europa Oriental de modo geral, imagens de decadência e desvios sexuais foram amplamente apropriadas como significantes da atrofia do caráter nacional e da dissolução moral a ela associada.³⁵

Esta associação é facilitada, pelo menos em parte, pela proliferação de metáforas da nação envolvendo o corpo e a família. Se a produção da “comunidade imaginada” depende do “prolongamento metonímico ‘daqueles que conhecemos’” para uma população ampla e anônima, o corpo e o parentesco oferecem recursos simbólicos potentes para produzir um tal senso de familiaridade e intimidade. Como argumenta Michael Herzfeld, “talvez as pessoas utilizem em toda parte as construções familiares de corpo, família e parentesco para atribuir sentido a entidades mais abrangentes”.³⁶ Uma nação estável é como uma família

³² Charles Taylor, “Modern Social Imaginaries”, *Public Culture*, vol. 14, n° 1 (2002), pp. 91-124; Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres/Nova Iorque, Verso, 1991. Há uma edição brasileira, *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989.

³³ Ver, por exemplo, Andrew Parker *et al.*, *Nationalism and Sexualities*, Nova Iorque, Routledge, 1992; George Mosse, *Nationalism and Sexuality: Respectability and Abnormal Sexuality in Modern Europe*, Madison, University of Wisconsin Press, 1985.

³⁴ Uma discussão mais completa desta articulação teria de levar em conta o impulso hedonístico e a estética do prazer, inerentes à elaboração da modernidade, particularmente no Ocidente, em termos dos quais a afirmação da sexualidade é tão necessária à auto-expressão de uma nação moderna quanto o disciplinamento de energias sexuais de outro modo desregrados — o que ressalta ainda mais a significância do domínio sexual no território imaginário da “nação”.

³⁵ Mosse, *Nationalism and Sexuality*.

³⁶ Michael Herzfeld, *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation State*, Nova Iorque/Londres, Routledge, 1997, p. 5.





estreitamente entrelaçada, estável e nutriz; uma nação próspera é como um saudável corpo em crescimento, cheio de energia e disciplinado.

Este repertório de imagens e metáforas — particularmente as ligadas ao corpo e à família — fornece por sua vez receitas de refreamento “saudável” da sexualidade no âmbito da comunidade nacional. Disciplinar o corpo e estabilizar a família são técnicas de produção de uma sexualidade voltada para a procriação e para a manutenção da vida. Por outro lado, desregrado, o sexo desestabiliza a família e corrompe o corpo. No quadro deste esquema simbólico, portanto, aspirações à nacionalidade estão intimamente ligadas ao disciplinamento produtivo da sexualidade como uma força promotora da ordem e não do caos, da vida e não da morte. Se o corpo ou a família da nação — o domínio do familiar e do íntimo — forem contaminados ou conspurcados, a imagem da nação fica, de forma similar, contaminada.

A associação simbólica da nacionalidade com a ordem e não com o caos, com a vida e não com morte, com a sexualidade, na sua base, habita o próprio coração do imaginário proposto por Mbeki para a construção da nação — com uma evocação particularmente forte das forças do caos e da morte, que ameaçam destruir a nação emergente no momento extremamente vulnerável de seu nascimento.

Durante seu mandato como vice-presidente, Mbeki mostrou-se francamente céptico sobre os prognósticos de um consenso nacional.³⁷ Mas desde sua ascensão à presidência, vestiu o manto do construtor da nação de forma mais deliberada e estratégica, com a imagem do renascimento africano como peça central de sua retórica. Imagens de nascimento e nova vida constituem seu núcleo simbólico. “A palavra ‘renascimento’”, ele explica, “significa renovação, brotar novamente. Portanto, quando falamos de renascimento africano, falamos da renovação e do florescimento de nosso continente”.³⁸ A “nova” nação sul-africana é

³⁷ Ver, por exemplo, Thabo Mbeki, “Speech at National Assembly During Debate on Budget Vote, 10 June 1997”, in Adrian Hadland e Jovial Rantao, *The Life and Times of Thabo Mbeki* (Cidade do Cabo, Zebra, 1999).

³⁸ Thabo Mbeki, “Speech at the Launch of the African Renaissance Institute”, Pretoria, 11/10/1999, <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1999/tm1011.html>, acessado em 25/03/2006.



engolfada por uma afirmação mais abrangente de uma poderosa força vital, revigorando o continente como um todo, agregando importância e grandeza ao significado do renascimento da África do Sul.

Contudo, este novo começo de vida é profundamente tênue, ameaçado por forças de destruição ominosamente predatórias que ainda não foram totalmente derrotadas. Muito embora Mandela se tenha tornado um modelo moral internacional, sinônimo por excelência da possibilidade de redenção moral, e Mbeki tenha sido tratado como o arquipolítico pragmático urbano, é a retórica de Mbeki mais que a de Mandela que invoca o tema da redenção de um passado sombrio, opressivo e moralmente maculado.³⁹ Todos os nacionalismos — no processo de “imaginar a comunidade” — formulam uma versão do passado repleta de significado e propósito, uma teleologia da luta. O renascimento africano do discurso de Mbeki não é exceção, mas é pouco usual na extensão da contaminação e do desespero vinculados à idéia do passado. Ao longo dos discursos de Mbeki, o tema mais proeminente, diversas vezes repetido, é “a crua realidade do impacto determinante do passado, [...] uma herança mortal”, que pesa sobre o presente e corrompe o futuro.⁴⁰

Enquanto Mandela tendeu a apresentar uma interpretação triunfalista das épocas do domínio colonial e do *apartheid* como uma luta por liberação marcada por momentos-chave de progresso e sucesso,⁴¹ Mbeki pintou um quadro particularmente soturno de um passado

³⁹ Agradeço a Mark Gevisser por suas opiniões sobre este ponto.

⁴⁰ Mbeki, “Speech at National Assembly”, p. 162.

⁴¹ Por exemplo, no discurso “Address to the Closing Session of the 50th National Conference of the ANC”, Mandela falou da “hora de passar o bastão” [de transferir a liderança do ANC]: “chegou a hora de passar o bastão, nesta corrente iniciada mais de oitenta e cinco anos atrás em Mangaung; muito antes, séculos atrás, quando os guerreiros de Autshumayo, Makanda, Mzilikazi, Moshweshwe, Khama, Sekhukhuni, Lobatsibeni, Cethswayo, Ngqunqunyane, Uithalder e Ramabulana ofereceram suas vidas na defesa da dignidade e da integridade de sua existência enquanto povo. [...] Em seus caminhos misteriosos, a história e o destino estavam prestes a demandar de nós que caminhássemos pelo vale da morte muitas e muitas vezes antes que pudéssemos alcançar os cumes dos desejos dos povos. E assim é chegado o tempo de abrir caminho a uma nova geração, confiantes na certeza de que apesar de nossos numerosos erros, nós buscamos servir a causa da liberdade; se alguma vez tropeçamos, as cicatrizes sofridas foram a marca das lições que tivemos de aprender para fazer nossa humilde contribuição para o nascimento de nossa nação.”: Nelson Mandela, “Address to the Closing Session of the 50th National Conference of the ANC”, 20/12/1997, <http://www.anc.org.za/ancdocs/speeches/1997/sp1220.html>, acessado em 25/03/2006.



“desventurado”, cuja paisagem é de extensão continental.⁴² As humilhações do *apartheid* são evocadas no âmbito de uma tela maior de desespero — “o pesadelo africano, [...] a marcha do tempo africano” marcada pelas “pegadas do desespero” e pelas “pegadas da miséria” — desde o colonialismo até os dias atuais.⁴³ Pois a África não teve apenas de sofrer as degradações e as brutalidades da opressão colonial; a África pós-colonial “traiu” a promessa da libertação. Quando a colônia da Costa do Ouro obteve sua independência como Gana, Mbeki pondera, “o gigante africano estava acordando. Mas ocorreu que a marcha do tempo africano levou para longe essa promessa. Muito pouco parece restar em seu caminho à exceção das pegadas do desespero”.⁴⁴

Em seu amplamente divulgado discurso, “Sou um africano”, a qualidade definidora compartilhada pelos africanos é a dor causada pelo seu passado:

Sou um africano. Nasci dos povos do continente africano. A dor causada pelos violentos conflitos que os povos da Libéria, da Somália, do Sudão, de Burundi e da Argélia têm de carregar é a dor que eu carrego. A vergonha lúgubre da pobreza, do sofrimento e da degradação humana de meu continente é uma praga que compartilhamos. A nódoa em nossa felicidade que decorre disto e de nossa deriva em direção à periferia do ordenamento dos assuntos humanos deixa em nós uma sombra persistente de desespero. Esse é um caminho selvagem ao qual ninguém deveria ser condenado.⁴⁵

Ser africano, no contexto do renascimento africano, significa — quinta-essencialmente — uma recusa de capitular frente a este passado

⁴² Thabo Mbeki, “Address by Executive Deputy President Thabo Mbeki to Corporate Council on Africa’s ‘Attracting Capital to Africa’ Summit”, Chantilly, Virginia, 19-22/04/1977, <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1997/sp970419.html>, acessado em 25/03/2006.

⁴³ Thabo Mbeki, “Statement at the Memorial Service for the Late Mwalimu Julius Nyerere”, Pretoria, 18/10/1999, <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1999/tm1018.html>, acessado em 25/03/2006.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Thabo Mbeki, “I Am an African”, ou “Statement of Deputy President Thabo Mbeki, on Behalf of the African National Congress, on the Occasion of the Adoption by the Constitutional Assembly of the Republic of South Africa Constitution Bill 1996”, Cidade do Cabo, 08/05/1996, <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1996/sp960508.html>, acessado em 25/03/2006.



arruinado, uma determinação de transcender uma história de miséria e uma reafirmação sincera da vontade e da capacidade do africano de prosperar.

Não obstante esta ânsia de redenção, a profundidade do “abismo” do passado torna o renascimento do presente “um milagre”, “um ato de criação” de proporções extraordinárias, quase divinas.⁴⁶ Tratando da destituição pacífica do *apartheid*, Mbeki entoou:

Enquanto africanos ficamos tocados pelo fato de que o mundo admite que milagres desta ordem possam surgir da África, uma África que aos olhos deste mesmo mundo é o lar de uma interminável espiral de anarquia e caos, em cujo fim desconhecido encontra-se o sombrio cerne de um absoluto, completo e incompreensível desastre humano.⁴⁷

E a enormidade da transformação também torna o projeto frágil e vulnerável. No caso da nova nação sul-africana, Mbeki fala de “uma criança de fraldas” que “requer o mais atencioso cuidado para assegurar que seu *ethos*, suas instituições e suas práticas amadureçam e se enraízem com firmeza”.⁴⁸ E no caso mais amplo do renascimento africano: “depende de nós. Quando perscrutamos sombriamente pelas lentes dos óculos pode não parecer tão óbvio. Mas depende de nós”.⁴⁹ O próprio Mbeki parece não acreditar em uma perspectiva de futuro de luz e esperança: em seus discursos, a possibilidade de sua existência necessita de contínua afirmação e comprovação, em meio à ansiedade recorrente face à enormidade do fardo do passado. Mesmo quando invocam retoricamente a confiança na perspectiva do renascimento da África, as formulações de Mbeki estão marcadas por dúvidas e meias-palavras:

Quaisquer que sejam os obstáculos do momento, nada pode nos parar agora! Quaisquer que sejam as dificuldades, a África alcançará a paz! Por mais improvável que pareça aos céticos, a África prosperará! Quem quer que sejamos, quaisquer que sejam nossos interesses imediatos, por mais que tenhamos sido dominados pela moda do cinismo e pela

⁴⁶ Mbeki, “Address by Executive Deputy President Thabo Mbeki”.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Republic of South Africa, *Debates of the National Assembly*, 10/06/1997, col. 3647.

⁴⁹ Mbeki, “Address by Executive Deputy President Thabo Mbeki”.



perda da fé na capacidade do povo, vamos nos equivocar hoje e dizer — nada pode nos parar agora!⁵⁰

O presente da África permanece sendo o campo minado do passado, e os perigos de detonação assomam fortemente na retórica nacionalista de Mbeki.

Parte da angústia de Mbeki deriva da persistência da incredulidade ocidental quanto à idéia de regeneração da África, cheia de antigas convicções coloniais acerca de um continente amaldiçoado pela doença, pela barbárie e pelo fracasso.

A verdade é que não avançamos muito no que respeita a projeção de imagens aterrorizantes de selvageria que freqüentam o continente africano [...] E assim deve-se levantar a questão de como nós — que em um milênio só conseguimos avançar do canibalismo para uma “onda manchada de sangue” de selvagens que ainda massacram incontáveis inocentes a golpes de machete, e aos quais um outro, tão negro quanto eu, vira suas costas, grato por seus antepassados terem sido escravos — como podemos esperar reproduzir as grandes conquistas humanas do renascimento europeu dos séculos XV e XVI?⁵¹

Igualmente formidável, se não mais, é o desafio engendrado por forças subversivas — ameaças de destruição e morte — dentro da própria África.

A face de Janus, o dilema de Fausto, “o fantasma de Dorian Gray” de Oscar Wilde, a coexistência necessária do bem e do mal em nossas culturas, de acordo com a qual cada bênção é sua própria maldição — deixem os cães soltos, há coisas na mata africana! — não estamos aqui reunidos para desafiar todo esse imaginário conflituoso, muito do quê descreve nosso mundo real?⁵²

Em primeira instância, este “imaginário” é “conflituoso” por ter sido construído e inflingido pelo opressor, o colonizador, com intenções

⁵⁰ Mbeki, “I Am an African”.

⁵¹ Ibid.

⁵² Thabo Mbeki, “Statement of the Deputy President Thabo Mbeki at the Africa Telecom ‘98 Forum”, Joanesburgo, 04/05/1998, <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1998/sp980504.html>, acessado em 25/03/2006.



e sensibilidades racistas. Contudo, nos termos do texto de Mbeki, há também um elemento do “imaginário conflituoso” que “descreve nosso mundo real”: a África não está completamente a salvo de si mesma. O renascimento africano é um esforço para vencer estas dualidades:

Temos esperança de que nossas ações farão desnecessário ter de enfrentar com orgulho de cães de guarda aqueles no mundo, *incluindo nós, africanos*, que poderiam ser forçados a se contrapor a um progresso humano — algo que para nós talvez significasse submissão, marginalização e retrocesso.⁵³ [grifo meu]

A África — “nós, africanos” — precisa transformar-se, portanto, a partir de dentro. Donde a insistência de Mbeki em que o renascimento africano é uma luta que requer comprometimento e energia de um “novo tipo de pessoa”, engendrado pela regeneração moral, uma pessoa marcadamente diferente

[...] daqueles em nossas cidades e vilas que perderam toda esperança e amor-próprio, que deslizaram para um mundo crepuscular de abuso de drogas e de álcool, de contínuo abuso sexual de mulheres e crianças, de guerras sem sentido travadas com punhos e botas, barras de metal, facas e pistolas, resultando cotidianamente em morte e deploráveis danos corporais.⁵⁴

É o nascimento de um “novo tipo de pessoa” que, final e irrefutavelmente, deporá o fardo dos estereótipos coloniais do africano e de seu persistente poder sobre o “o eu africano”.

Discursivamente, o “negacionismo” de Mbeki na controvérsia sobre o HIV/AIDS é uma expressão de sua recusa em trilhar novamente as “pegadas do desespero” — uma recusa tanto mais insistente e tenaz devido à proximidade de suas próprias dúvidas acerca da fragilidade da esperança renovada. Sendo as perspectivas do renascimento africano incertas, e seu próprio paladino retórico o porta-voz de uma incredulidade persistente, a negação da existência da AIDS — enquanto recusa a vivenciar novamente “o pesadelo africano” — é ainda mais urgente e enfática.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Thabo Mbeki, “Address at the Opening of Parliament”, Cidade do Cabo, 25/06/1999, <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1999/tm0625.html>, acessado em 25/03/2006.



Este desejo de redenção traça uma rota para a África como um todo, mas mais especialmente para os negros da África. Relembremos os argumentos por recusa de Mbeki: admitir que a transmissão do HIV se dá pelo sexo seria revitalizar os estereótipos racistas sobre o sexo luxuriante e desregrado (as “coisas na mata africana”). Seria o mesmo que reconhecer o desregramento sexual, em uma escala catastrófica — trazendo de volta as “hordas negras [...] contra as quais devem ser mantidos acorrentados cães ferozes”,⁵⁵ mais uma vez “levando para longe a promessa” de uma vida nova.

Pois, deste ponto de vista, a versão “catastrófica” da AIDS implica não apenas a reiteração do fardo colonial; se o HIV é transmitido sexualmente, então o sexo — e portanto a própria vida — torna-se o vetor da morte. No âmbito deste universo simbólico, admitir a ortodoxia científica seria reconhecer que, uma vez que o HIV se infiltre no corpo social, ele extingue a frágil promessa de nova vida. Se o sexo produz a morte, então a nação-criança é natimorta. Ademais, se a verdadeira questão a respeito do HIV/AIDS é sexual, isto significaria admitir outros registros igualmente disruptivos do esforço de “imaginar” a “renovação” nacional. A fatalidade do sexo está ancorada na própria família — o cadinho da nação. Metaforicamente, a própria intimidade do lar — mãe, pai e crianças — é que foi contaminada. E são os homens em particular — os pais e os filhos da nação — cuja credibilidade moral é mais agudamente posta em questão.

No âmbito do esquema discursivo de Mbeki, o julgamento que estas questões enfrentam é tanto global quanto nacional. De fato, discursos globais sobre a AIDS intensificam os impulsos de negar a sexualização da morte em um país recentemente libertado de seu passado colonial — na verdade, no país africano tido em muitas partes do mundo como “o” milagre democrático, o farol da esperança. Susan Sontag sublinhou o caráter profundamente metafórico da epidemia de AIDS no ocidente: o que a AIDS faz ao corpo do indivíduo tem sido largamente lido como um reflexo do que a epidemia faz ao corpo social, punindo transgressões morais, subvertendo o projeto da modernidade e reinstituindo inveitivas

⁵⁵ Mbeki, “Statement of the Deputy President Thabo Mbeki at the African Telecom ‘98 Forum”.



racistas contra o “primitivismo” da África.⁵⁶ Sucumbir à AIDS no momento do “renascimento” nacional é arriscar-se a repor estas interpretações metafóricas da doença na estrutura política global — o palco maior para o qual o “renascimento africano” foi concebido.

Em resumo, em termos da retórica de Mbeki sobre a construção da nação, admitir a enormidade da epidemia seria reiniciar o imaginário do “abismo”, do “pesadelo africano” e da morte, da desintegração e da contaminação que Mbeki associa a estas imagens. De fato, o imaginário da sexualidade que Mbeki associa à versão ortodoxa do HIV/AIDS é efetivamente o fantasma do passado: o pesadelo colonial que aprisionou a mente negra, escravizou o corpo negro e degradou a busca do prazer. É exatamente o que o renascimento africano tem de derrotar: o demônio dentro de “nós, africanos”.

Conclusão

Argumentei que a controvérsia sul-africana sobre a AIDS foi saturada por fatores nos quais esteve profundamente mergulhada: leituras mais globais da AIDS na África, assim como uma longa história na própria África do Sul da relação entre sexualidade africana e doença, cuja interseção acarretara uma perniciosa estigmatização do corpo negro. Estes são gêneros de representação que essencializaram e homogeneizaram a raça, a sexualidade e os padrões de doença, inclusive a AIDS, como parte da epopéia do desenvolvimento “catastrófico” do continente. Discursivamente, o “negacionismo” de Mbeki, lido contra o pano de fundo de sua invocação de um renascimento africano, constitui uma recusa a seguir estas “pegadas do desespero”, como ele diz.

Contudo, esta é uma recusa cujas premissas reposam em uma leitura do problema da AIDS tão essencialista quanto as versões colonial e neocolonial do corpo negro africano que ele rejeita. Frente ao estereótipo racista, que é realmente prolífico em muitos círculos, tanto no plano nacional quanto no global, Mbeki oferece apenas uma recusa estrita de reconhecer o tamanho do problema do sexo “inseguro” — parti-

⁵⁶ Sontag, *Illness as metaphor*.



cularmente entre os jovens e (dada a demografia de fato do país) no seio de comunidades negras pobres. A lógica desta versão da epidemia de AIDS — como uma crise em grande medida de pobreza, e não de sexo — é impedir uma investigação e as discussões que daí poderiam decorrer, sobre as muitas genealogias históricas do “sexo inseguro”. De fato, do ponto de vista de Mbeki, abrir este tema a um escrutínio e um debate mais minuciosos seria o mesmo que reinstituir o estereótipo da luxúria dissoluta e da degeneração africanas.

É verdade que estes mitos estão profundamente entrincheirados em formas energicamente apontadas por Mbeki. É também verdade que os esforços para medir a prevalência da AIDS vêm-se concentrando largamente em clínicas pré-natais do setor público, freqüentadas em grande medida por segmentos mais pobres da população, a maioria dos quais são negros. Mesmo com alguns ajustes para compensar este desvio, pode-se ainda argumentar que não há nenhuma estimativa confiável da infecção por HIV e AIDS na população como um todo. No entanto, a alegação apresentada pelos que trabalham no campo da pesquisa, da prevenção e do tratamento da AIDS, de que a prevalência de AIDS é particularmente alta entre a população negra — uma alegação que provocou intensa ira do presidente — certamente não racializa inherentemente os termos do debate sobre a AIDS. Práticas sexuais no interior das comunidades negras são tão variadas e fluidas como em qualquer outra parte, abrangendo um arco que vai da monogamia até comportamentos altamente promíscuos.

O “negacionismo” de Mbeki não sobrepujou completamente campanhas educativas e intervenções de saúde pública baseadas nos diagnósticos ortodoxos da AIDS; ironicamente, em meio à própria virulenta controvérsia pública sobre os casos de HIV e AIDS, boa parte do trabalho de rotina dos serviços de saúde sul-africanos continuou a reproduzir leituras ocidentais sobre a doença. Mesmo assim, dada a suscetibilidade do tema do sexo, as profundas resistências a mudar comportamentos sexuais e o apelo da invocação de Mbeki do renascimento africano, seu exemplo não foi ineficaz. Na verdade, para os responsáveis em lidar com a epidemia, a resistência do presidente em reconhecer a necessidade de se tirar de peito aberto na luta contra as realidades do “sexo inseguro” é um dos legados mais destrutivos da controvérsia sobre a AIDS.